



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Fundação Leão XIII  
Vice-Presidência de Assistência Social

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), instrumento essencial para comprovar a viabilidade técnica e econômica da solução mais adequada ao atendimento da necessidade de formulários gráficos utilizados nas ações sociais promovidas pela Fundação Leão XIII, destinados à isenção de taxas para emissão de documentação civil, mediante a avaliação de riscos, a definição de estratégias, o subsídio à elaboração do Termo de Referência e o estabelecimento de um plano de sustentação voltado à adequada execução do objeto demandado, observados os procedimentos e modelos disponíveis no Portal da Rede Logística - Redelog.

O objetivo central deste ETP consiste em analisar o desempenho dos modelos propostos, identificar as necessidades específicas da Fundação Leão XIII, definir os requisitos técnicos essenciais, avaliar as condições de mercado e, por conseguinte, verificar a viabilidade da contratação pretendida, à luz dos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar reúne elementos técnicos e justificativas que, de maneira fundamentada e considerando as peculiaridades do caso concreto, demonstram a adequação e o potencial da solução proposta para atender, de forma eficiente e econômica, ao interesse público.

### **2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos da Portaria FLXIII/PRES nº 308, de 27 de janeiro de 2016, a Fundação Leão XIII é reconhecida como órgão competente para a execução de ações sociais que asseguram aos cidadãos, desde 1980, o acesso gratuito à documentação civil básica, em consonância com as disposições da Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, e da Lei Estadual nº 3.350, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as custas judiciais e emolumentos dos serviços notariais e de registros no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

São disponibilizados pela Fundação Leão XIII, no âmbito de isenção de taxas, os seguintes serviços:

- Habilitação e Distribuição para Casamento;
- Segunda via de Certidão de Casamento;
- Segunda via de Certidão de Nascimento;
- Segunda via de Certidão de Óbito;
- Segunda via de Identificação Civil;
- Buscas Cartoriais;
- Averbação;
- Outros.

Além dos atendimentos realizados em ações sociais, a Fundação Leão XIII mantém a prestação de serviços gratuitos nos Centros Sociais e nos Polos de Articulação Regional localizados na Região Metropolitana, bem como nos Núcleos de Atendimento ao Cidadão e nos Polos de Articulação Regional situados no

interior do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo das atividades desempenhadas pelos programas de Abordagem Social e do Projeto Integração.

A documentação civil básica constitui requisito essencial para o pleno exercício da cidadania, pois confere ao indivíduo existência jurídica perante o Estado e a sociedade, viabilizando o acesso a direitos fundamentais, serviços públicos e políticas sociais. No ordenamento brasileiro, documentos como a Certidão de Nascimento, o Registro Geral (RG), o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o Título de Eleitor, o Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social são instrumentos indispensáveis de inclusão social, econômica e institucional.

A Certidão de Nascimento, em especial, é o ato inaugural da personalidade civil, permitindo ao cidadão constituir sua trajetória documental e habilitar-se à obtenção dos demais registros obrigatórios. A ausência de documentação implica invisibilidade jurídica, obstando o acesso a benefícios assistenciais, à celebração de atos civis e ao exercício de direitos patrimoniais e sociais.

O adequado registro civil constitui condição indispensável para a fruição de diversos direitos fundamentais, uma vez que a apresentação de documentos pessoais é exigida para a matrícula e frequência escolar, assim como a identificação civil e o Cartão SUS são imprescindíveis para o acesso aos serviços de saúde, à dispensação de medicamentos e à participação em programas públicos. Do mesmo modo, a obtenção de benefícios assistenciais, como Bolsa Família, BPC/LOAS, Auxílio Emergencial, Auxílio Gás e Tarifa Social de Energia, depende da regular apresentação da documentação exigida. Além disso, a comprovação documental é requisito obrigatório para a concessão de aposentadorias, pensões e demais prestações no âmbito da Seguridade Social e da Previdência Social, administradas pelo INSS.

Dessa forma, a documentação civil básica revela-se instrumento jurídico fundamental para o reconhecimento estatal do indivíduo e para a efetiva concretização das garantias constitucionais que lhe são asseguradas.

## **2.1. Contratações Anteriores**

A Fundação Leão XIII possui contrato vigente referente à contratação mencionada no subitem 4.2.6.1, o qual vem atendendo, até o presente momento, às demandas desta Administração.

Entretanto, em razão da necessidade de garantir a devida cobertura contratual para o exercício seguinte, torna-se imprescindível a celebração de nova contratação, de caráter contínuo, tendo em vista que os formulários gráficos constituem demanda permanente no âmbito das atividades desenvolvidas pela Fundação Leão XIII.

## **2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual - PCA**

Documento de Formalização da Demanda: 324200/2026/00021

Setor demandante: Departamento de Programas e Projetos Intersetoriais DEPPPIINT

Ano vigência: 2026

Observação: Formulários Ações Sociais

Previsão da quantidade: 500.000 (quinhentos mil)

## **2.3. Disponibilidade Orçamentária**

<b>Unidade Orçamentária (UO): 49411</b>
<b>Programa de Trabalho (PT): 08.244.0450.2220</b>
<b>Fonte de Recursos (FR): 1.761.122</b>
<b>Natureza da Despesa (ND): 339039.84</b>

## **3. SETOR DEMANDANTE**

Superintendência de Assistência Especializada – SUPAE.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Da análise do Cenário Externo**

A análise de cenários foi conduzida com base na ferramenta PEST, acrônimo que contempla o estudo de possíveis mudanças Políticas (P), Econômicas (E), Sociais (S) e Tecnológicas (T) que possam influenciar o ambiente de atuação, seja de forma positiva ou negativa, proporcionando uma visão macro das ameaças e oportunidades relacionadas à contratação.

Acrescentaram-se, ainda, as perspectivas Institucional-Legal e Ambiental, de modo a abranger o contexto normativo, organizacional e sustentável aplicável.

Em síntese, as dimensões avaliadas no presente estudo são as seguintes

- Política: alterações na estrutura organizacional da Fundação Leão XIII que possam impactar as prioridades institucionais e o mercado fornecedor;
- Econômica: adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal;
- Social: percepção da opinião pública acerca das medidas de austeridade e da racionalização dos gastos públicos;
- Tecnológica: surgimento e incorporação de inovações tecnológicas aplicáveis à execução contratual;
- Ambiental: fomento às práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança); e
- Institucional-Legal: observância da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e de suas regulamentações complementares.

## **4.2. Levantamento de Mercado**

Foram realizadas pesquisas sobre contratações promovidas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como consultas a sítios eletrônicos, com o objetivo de analisar as soluções disponíveis no mercado e identificar aquela que melhor se adequa às necessidades da Fundação Leão XIII.

### **4.2.1. Modelo de Contratação**

O presente item tem por finalidade analisar, sob os aspectos técnico e econômico, as possíveis soluções disponíveis para atender à necessidade relacionada aos formulários utilizados pela Fundação Leão XIII. Para tanto, foram consideradas diferentes alternativas, avaliando-se custos, viabilidade técnica e adequação às demais especificidades do objeto.

#### **Solução 1 – Produção interna dos formulários pela Fundação Leão XIII**

Consiste na produção dos formulários mediante a utilização de recursos materiais próprios ou locados, bem como de recursos humanos próprios. Tal modalidade demanda a disponibilidade de equipamentos gráficos, insumos, mão de obra especializada e capacidade produtiva contínua, além de estrutura adequada para manutenção, quando se tratar de equipamentos gráficos próprios, e para armazenamento.

No caso de utilização de equipamentos gráficos próprios, embora assegure maior controle sobre o processo produtivo, implica elevados custos de aquisição, instalação e operação, revelando-se, ademais, inviável diante da inexistência de estrutura e de espaço físico adequados.

Por sua vez, na hipótese de utilização de equipamentos gráficos locados, permanecem elevados os custos de locação, igualmente se mostrando inviável a adoção dessa alternativa em virtude da ausência de estrutura e de espaço compatíveis.

De modo geral, a alternativa apresenta altos custos de instalação (quando se tratar de equipamentos próprios) e de operação, não sendo exequível ante a inexistência de estrutura gráfica interna suficiente para abrigar o processo produtivo.

#### **Solução 2 – Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos**

Envolve a contratação de fornecedor do mercado com capacidade técnica e equipamentos adequados para produzir formulários gráficos conforme especificações institucionais. Garante qualidade, padronização, regularidade no fornecimento e economicidade, reduzindo riscos operacionais e eliminando custos de produção interna. Trata-se de solução amplamente utilizada e reconhecida como mais eficiente para órgãos públicos.

### **Solução 3 – Utilização de formulário eletrônico preenchido em sistema próprio**

A solução baseia-se na digitalização dos processos, substituindo os formulários impressos por documentos eletrônicos disponibilizados em plataforma institucional, com consequente redução do consumo de papel e maior eficiência no armazenamento e compartilhamento de informações. Todavia, sua implementação demanda desenvolvimento ou aprimoramento de sistemas, investimentos em tecnologia, capacitação de usuários e adaptação dos fluxos de trabalho, o que pode não se revelar plenamente viável no curto prazo, considerando o contexto atual.

Ademais, cumpre ressaltar que os formulários destinam-se a pessoas juridicamente necessitadas, desprovidas de recursos para arcar com os emolumentos correspondentes. Esse público apresenta elevada vulnerabilidade social, sendo significativa a parcela em situação de rua, o que inviabiliza o acesso pleno a soluções digitais. Ressalte-se, ainda, que, mesmo que os sistemas fossem utilizados exclusivamente pelos servidores da Fundação Leão XIII para preenchimento dos formulários no decorrer das ações sociais, as isenções são disponibilizadas em diversos locais desprovidos de cobertura de internet, o que reforça a necessidade de manutenção do formato físico dos documentos.

#### **4.2.2. Análise de segmento de mercado**

**4.2.2.1.** Ao proceder à consulta aos portais de contratações públicas, não foram identificadas empresas que prestem serviços exatamente correspondentes à demanda da Fundação Leão XIII. Todavia, constatou-se, no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, a existência de contratações cujos objetos apresentam características similares às necessidades desta Fundação, por também se tratarem de impressos gráficos de segurança, conforme demonstrado abaixo.

<b>Empresa</b>
Indústria Gráfica Brasileira Ltda., CNPJ nº 61.418.141/0001-13
<b>Contratações localizadas</b>
<p><u>Objeto:</u> CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE IMPRESSOS DE SEGURANÇA, 30.000 (TRINTA MIL) CÉDULAS FUNCIONAIS.</p> <p><u>Órgão Contratante:</u> Secretaria da Segurança Pública/SP</p> <p><u>ID Contratação PNCP:</u> 46377800000127-2-008911/2025</p>
<p><u>Objeto:</u> Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA CORPORATIVA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E IMPRESSOS COM TÉCNICAS DE SEGURANÇA DE UTILIZAÇÃO RESTRITA DO DETRO/RJ (processo SEI: 100005/006637/2025)</p> <p><u>Órgão Contratante:</u> Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro</p> <p><u>ID Contratação PNCP:</u> Aguardando publicação (A contratação foi adjudicada e homologada)</p>
<p><u>Objeto:</u> Aquisição de insumos destinados à emissão das identidades funcionais de militares da ativa e inativos, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará.</p> <p><u>Órgão Contratante:</u> Polícia Militar do Estado do Pará</p> <p><u>ID Contratação PNCP:</u> 05054994000142-2-000124/2025</p>
<p><u>Objeto:</u> Aquisição de Carteira de Identidade Civil e Funcional para os Auditores Fiscais da Receita Estadual e Consultores do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/ES</p> <p><u>Órgão Contratante:</u> Secretaria de Estado de Fazenda/ES</p> <p><u>ID Contratação PNCP:</u> 27080530000143-2-000910/2024</p>

<b>Empresa</b>
J. Andrade's Indústria e Comércio Gráfico Ltda., CNPJ nº 62.115.217/0001-02
<b>Contratações localizadas</b>
<p><u>Objeto:</u> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO, DESDOBRAMENTO, EMPACOTAMENTO, DESPACHO E ENTREGA DE CADERNOS DE PROVAS E FORMULÁRIOS ÓPTICOS – CARTÃO RESPOSTA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU...</p> <p><u>Órgão Contratante:</u> Prefeitura Municipal de Baurú/SP</p> <p><u>ID Contratação PNCP:</u> 46137410000180-2-002039/2025</p> <p><u>Objeto:</u> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO, DESDOBRAMENTO, EMPACOTAMENTO, DESPACHO E ENTREGA DE CADERNOS DE PROVAS E FORMULÁRIOS ÓPTICOS – CARTÃO RESPOSTA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU...</p> <p><u>Órgão Contratante:</u> Prefeitura Municipal de Baurú/SP</p> <p><u>ID Contratação PNCP:</u> 46137410000180-2-000741/2025</p>

**4.2.2.2.** Tendo em vista que foram identificadas apenas duas empresas atuantes no referido segmento de mercado através de consultas demonstradas acima, procederam-se a pesquisas complementares na internet, com a finalidade de localizar outras empresas potencialmente fornecedoras, conforme demonstrado a seguir.

<b>Empresas localizadas na internet</b>
<p>COP Gráfica e Editora Ltda., CNPJ nº 00.158.540/0001-06</p> <p><u>Site:</u> <a href="https://copgrafica.com.br/index.html">https://copgrafica.com.br/index.html</a></p> <p>Formaset Industrial Ltda., CNPJ nº 35.957.760/0001-76</p> <p><u>Site:</u> <a href="https://www.formaset.com.br/">https://www.formaset.com.br/</a></p> <p>Contiplan Indústria Gráfica Ltda., CNPJ nº 02.290.545/0001-05</p> <p><u>Site:</u> <a href="https://contiplan.com.br/site/index.html">https://contiplan.com.br/site/index.html</a></p> <p>Thomas Greg &amp; Sons Ltda., CNPJ nº 03.514.896/0001-15</p> <p><u>Site:</u> <a href="https://portal.thomasgreg.com.br/">https://portal.thomasgreg.com.br/</a></p>

### **4.2.3. Descrição da solução**

#### **4.2.3.1. Considerações sobre a contratação de empresa especializada em formulários gráficos**

Diante das particularidades do segmento, algumas questões norteiam a análise e a escolha da solução mais adequada:

- Como estabelecer a relação jurídica com o mercado especializado?
- Como precificar os serviços contratados?
- Como operacionalizar a execução do objeto?
- Como realizar empenhos, faturamentos, liquidações e pagamentos?

#### **a) Estabelecimento da relação jurídica com o nicho de mercado**

A presente contratação configura-se como uma relação jurídica entre a Administração Pública e empresas especializadas na elaboração e fornecimento de formulários gráficos, segmento caracterizado por sua oferta técnica e comercial específica. O referido nicho encontra respaldo jurídico e contratual na Lei nº 14.133/2021, bem como em regulamentações correlatas, permitindo à Administração estruturar a contratação de forma a assegurar a observância dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e segurança na execução do contrato.

A relação jurídica será formalizada mediante contrato, com cláusulas que prevejam de forma clara prazos, obrigações, especificações técnicas, qualidade do produto, condições de fornecimento e responsabilidades das partes. Trata-se de um mercado consolidado, o que possibilita competição saudável em processos licitatórios e favorece contratações vantajosas à Administração.

A adequada caracterização da relação contratual, com definição precisa do objeto, condições de execução e critérios de medição da performance (como padrões de qualidade, prazos de entrega e conformidade técnica), é essencial para garantir a boa execução do contrato e o atendimento eficaz das demandas institucionais.

#### **b) Precificação do serviço**

A precificação na Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos de segurança destinados à isenção de taxas para emissão de documentação civil considera, principalmente, custos diretos de produção, insumos, impressão, acabamento, armazenamento e logística de entrega, bem como encargos relacionados à manutenção da qualidade e à regularidade do fornecimento.

Entre os critérios de precificação adotados, destacam-se:

- Tipo e volume de formulários a serem fornecidos;
- Especificações técnicas e gráficas exigidas (como cores, gramatura, tiragem, formatos e segurança documental);
- Prazos de entrega e logística;
- Inclusão ou não de serviços complementares, como conferência, acondicionamento e entrega nos locais indicados pela Administração.

A correta precificação é essencial para garantir economicidade e transparência, evitando sobrepreço e assegurando a compatibilidade com o orçamento público.

#### **c) Operacionalização do objeto**

Considerando que se trata de objeto de baixa complexidade operacional, esta Administração entende que a execução será conduzida pela empresa contratada, que deverá assegurar:

- Produção conforme especificações técnicas;
- Cumprimento dos prazos de entrega;
- Padronização e qualidade dos formulários;
- Controle de estoque e logística de entrega no local indicado.

Todos os procedimentos operacionais e responsabilidades das partes serão formalizados no contrato, garantindo fiscalização e cumprimento integral do objeto.

#### **d) Empenhos, faturamentos, liquidações e pagamentos**

**d.1)** Os procedimentos previstos na Lei nº 4.320/1964, na Lei nº 14.133/2021 e na legislação correlata atendem plenamente ao registro de empenhos, à liquidação e ao pagamento dos serviços contratados.

**d.2)** Conforme disposições do Decreto nº 43.181, de 08 de setembro de 2011, desde 2 de janeiro de 2012, os pagamentos relativos à aquisição de bens e serviços realizados pelos órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo devem ocorrer exclusivamente por intermédio do Banco Bradesco S/A.

Caso a empresa vencedora não possua conta na referida instituição, deverá providenciar sua abertura e comunicar os dados à Fundação Leão XIII, para fins de registro e processamento dos pagamentos.

#### **4.2.4. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

A Fundação Leão XIII mantém vigente o Contrato nº 008/2022, celebrado com a empresa Trivale Instituição de Pagamento Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.604.122/0001-97, cujo objeto consiste na prestação de serviços de gestão de abastecimento e fornecimento de combustíveis destinados à frota veicular da Fundação; bem como mantém vigente o Contrato nº 10/2023, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte, por meio da locação de veículos, com motorista, sem combustível, celebrado com a empresa BG Crespo Produções Logísticas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.933.113/0001-73.

#### **4.2.5. Parcelamento do objeto**

##### **Solução 1 – Produção interna dos formulários pela Fundação Leão XIII**

Reputa-se pertinente e recomendável a adoção do critério de parcelamento do objeto por grupos. Tal medida mostra-se juridicamente admissível e tecnicamente justificada, tendo em vista que a solução 1 demanda a provisão de elementos distintos, a serem organizados em grupos diversos, em razão de serem fornecidos por diferentes segmentos empresariais, a saber: (i) aquisição ou locação de equipamentos gráficos; (ii) aquisição de insumos gráficos; e (iii) disponibilização de recursos humanos qualificados para a operação dos equipamentos e a produção dos formulários.

Não obstante, a referida solução não se revela economicamente vantajosa, tendo em vista os elevados custos envolvidos na aquisição ou locação de equipamentos gráficos, na aquisição de insumos gráficos e na contratação de pessoal especializado para a operação dos equipamentos e a produção dos formulários.

No caso em questão, a eventual locação de equipamentos gráficos deverá priorizar o aproveitamento do mercado local, especialmente em razão da necessidade de manutenção contínua dos equipamentos. Da mesma forma, a aquisição desses equipamentos revela-se mais adequada junto a fornecedores locais, com vistas à redução dos custos de frete e entrega.

Igualmente, a aquisição de insumos gráficos e a contratação de pessoal deverão considerar, sempre que possível, o mercado local, tendo em vista que tais profissionais necessitarão se deslocar até as dependências da Fundação Leão XIII para a execução dos serviços, o que contribui para a mitigação de custos com transporte, passagens e demais despesas logísticas, em observância ao princípio da economicidade.

##### **Solução 2 – Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos**

Não se reputa pertinente nem recomendável a adoção do critério de parcelamento do objeto por itens, grupos ou lotes. Embora juridicamente admissível em tese, tal medida não se revela tecnicamente adequada ao caso concreto, uma vez que o objeto consiste em uma única tipologia de formulário gráfico, a ser produzida de forma integrada e entregue em um único local. A fragmentação da execução ou a participação de diferentes empresas na fabricação poderia comprometer a padronização, a integridade e a qualidade do produto final, acarretando riscos à adequada implementação da solução.

A solução revela-se economicamente vantajosa, na medida em que dispensa os custos inerentes às soluções 1 e 3, restringindo-se os dispêndios aos valores relativos à confecção dos formulários e ao frete para sua entrega.

Importa salientar que, embora devam ser observados os princípios da ampla concorrência e da prevenção à concentração de mercado, verifica-se que a limitada disponibilidade de empresas aptas a fornecer os formulários objeto da contratação inviabiliza a restrição do certame a soluções exclusivamente locais. Desse modo, revela-se imprescindível a observância de padrões mínimos de qualidade e desempenho, bem como a exigência de comprovação de capacidade técnica específica para a adequada execução do objeto.

**Solução 3 – Utilização de formulário eletrônico preenchido em sistema próprio**

Reputa-se pertinente e recomendável a adoção do critério de parcelamento do objeto por grupos, medida que se revela admissível e tecnicamente justificada. A solução 3 não se limita ao desenvolvimento e à disponibilização do formulário eletrônico em sistema próprio, abrangendo também a aquisição ou locação de tablets ou demais equipamentos necessários à sua operacionalização no momento do preenchimento pelos assistentes sociais da Fundação Leão XIII, inclusive durante a execução de ações sociais externas.

Nesse contexto, a solução 3 necessitaria da contratação, de forma separada, dos seguintes componentes: (i) sistema eletrônico a ser operado, incluindo desenvolvimento, licenciamento, hospedagem, manutenção e suporte técnico; (ii) aquisição ou locação de equipamentos eletrônicos, tais como tablets e acessórios, destinados à operacionalização do sistema fora das dependências da Fundação Leão XIII, durante a realização de ações sociais; e (iii) contratação de serviço de internet móvel, indispensáveis ao adequado funcionamento do sistema durante a coleta e a transmissão dos dados.

O parcelamento do objeto por grupos mostra-se adequado em razão da natureza distinta dos componentes que integram a solução, os quais podem ser fornecidos por diferentes segmentos do mercado, sem prejuízo à execução do objeto. Ademais, a medida contribui para a ampliação da competitividade, a obtenção de propostas mais vantajosas e a adequada especialização dos fornecedores, desde que asseguradas a compatibilidade técnica, a interoperabilidade entre os componentes contratados e a plena integração da solução.

Todavia, a referida solução não se mostra economicamente vantajosa, em razão dos elevados custos decorrentes da contratação de empresa especializada para o desenvolvimento do formulário eletrônico em sistema próprio, bem como da aquisição ou locação de tablets e demais equipamentos necessários, além da contratação de serviços de internet móvel para sua adequada operacionalização.

Caso venha a ser adotada, a solução 3, ao menos no que se refere à aquisição ou locação de equipamentos eletrônicos, tais como tablets e acessórios destinados à operacionalização do sistema fora das dependências da Fundação Leão XIII, poderá ter sua contratação restrita ao mercado local, em atenção ao princípio da economicidade, considerando que esse segmento apresenta número expressivo de empresas atuantes.

**4.2.6. Avaliação comparativa (Benchmarking)**

A avaliação comparativa (benchmarking), prevista no inciso VIII do art. 7º do Decreto nº 48.816/2023, apresenta-se como etapa inicial essencial para compreender as práticas adotadas por outros órgãos, especialmente aquelas que têm alcançado maior eficiência operacional e redução de custos. Esse panorama externo permite identificar soluções potencialmente adaptáveis à realidade institucional. Entre os pontos observados, destaca-se o modelo de Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos, que pode mostrar-se a opção mais vantajosa diante das especificidades da Fundação, razão pela qual sua análise detalhada será conduzida posteriormente.

**4.2.6.1. Contratações feitas no próprio Órgão ou Entidade**

Prestação de serviços de impressão e confecção de formulários gráficos para emissão da isenção de documentos						
--	--	--	--	--	--	--



<p>(SERVICOS DE IMPRESSAO DIGITAL, SERIGRAFIA, LITOGRAFIA, PLANOGRAFICA E TRATAMENTO DE IMAGENS, DESCRICAO: Confecção de impressos, folhetos, envelopes, etiquetas, folders, cartões, timbres etc.</p> <p>Código do Item: 0119.001.0135</p> <p>ID - 54090)</p> <p>Processo SEI: 310006/000703/2021</p>	003/2022	12 (doze) meses	R\$1,08	R\$540.000,00	Menor preço global	1
<p>Prestação de serviços de impressão e confecção de formulários gráficos para emissão da isenção de documentos</p> <p>(SERVICOS DE IMPRESSAO DIGITAL, SERIGRAFIA, LITOGRAFIA, PLANOGRAFICA E TRATAMENTO DE IMAGENS, DESCRICAO: Confecção de impressos, folhetos, envelopes, etiquetas, folders, cartões, timbres etc.</p> <p>Código do Item: 0119.001.0135</p> <p>ID - 54090)</p> <p>Id contrato PNCP: 424986000000171-2-002298/2024</p> <p>Processo SEI: 310003/000466/2024</p>	001/2024	12 (doze) meses	R\$1,34	R\$670.000,00	Menor preço global	N/A

#### 4.2.6.2. Contratações feitas no Governo do Estado do Rio de Janeiro

Não foram identificadas, no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro, contratações cujo objeto seja idêntico ao demandado pela Fundação Leão XIII. Foram identificadas apenas as contratações realizadas pela própria Fundação Leão XIII, conforme subitem 4.2.6.1. Ademais, localizaram-se somente contratações com características semelhantes, por se tratarem igualmente de impressos gráficos de segurança, conforme descrito no subitem 4.2.2.1.

#### 4.2.6.3. Contratações similares de outros Estados e Entidades

Não foram identificadas contratações similares realizadas por outros Estados ou Entidades, somente contratações que apresentam características próximas, por também se tratarem de impressos gráficos de segurança, conforme exposto no subitem 4.2.2.1.

#### 4.2.6.4. Conclusão do Benchmarking

O quadro a seguir apresenta o resumo dos elementos diagnosticados na pesquisa de mercado realizada:

Objeto	Órgão	Prazo de início do serviço
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE IMPRESSOS DE SEGURANÇA, 30.000 (TRINTA MIL) CÉDULAS FUNCIONAIS.	Secretaria da Segurança Pública/SP	Não localizado.
ID Contratação PNCP: 46377800000127-2-008911/2025		
Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA CORPORATIVA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E IMPRESSOS COM TÉCNICAS DE SEGURANÇA DE UTILIZAÇÃO RESTRITA DO DETRO/RJ.	Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro	15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de entrega da Nota de Empenho, acompanhada da solicitação de execução dos serviços, formulada pelo Gestor do Contrato.
ID Contratação PNCP: Aguardando publicação (A contratação foi adjudicada e homologada)		
Aquisição de insumos destinados à emissão das identidades funcionais de militares da ativa e inativos, visando atender as demandas da Polícia Militar do Pará.	Polícia Militar do Estado do Pará	30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
ID Contratação PNCP: 05054994000142-2-000124/2025		
Aquisição de Carteira de Identidade Civil e Funcional para os Auditores Fiscais da Receita Estadual e Consultores do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/ES.	Secretaria de Estado de Fazenda/ES	30 (trinta) dias consecutivos a contar da publicação da Ordem de Fornecimento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
ID Contratação PNCP: 27080530000143-2-000910/2024		
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO, DESDOBRAMENTO, EMPACOTAMENTO, DESPACHO E ENTREGA DE CADERNOS DE PROVAS E FORMULÁRIOS ÓPTICOS – CARTÃO RESPOSTA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU...	Prefeitura Municipal de Baurú/SP	Semana anterior à prova do concurso público/ processo seletivo, em horário comercial.
ID Contratação PNCP: 46137410000180-2-002039/2025		
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS DE		

IMPRESSÃO, DESDOBRAMENTO, EMPACOTAMENTO, DESPACHO E ENTREGA DE CADERNOS DE PROVAS E FORMULÁRIOS ÓPTICOS – CARTÃO RESPOSTA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU...	Prefeitura Municipal de Baurú/SP	Semana anterior à prova do concurso público/ processo seletivo, em horário comercial.
ID Contratação PNCP:46137410000180-2- 000741/2025		

Inicialmente, registra-se que foram consideradas, para fins de análise comparativa, contratações realizadas por entes públicos, especialmente aquelas disponibilizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Ressalta-se, desde logo, que as mesmas contratações identificadas para a análise do segmento de mercado foram igualmente utilizadas como base para a conclusão do benchmarking, haja vista que localizamos somente esses instrumentos que guardavam proximidade suficiente com o objeto pretendido pela Fundação.

A partir do exame das contratações identificadas, abrangendo tanto instrumentos anteriormente firmados pela própria Fundação Leão XIII, quanto contratações que apresentam características próximas, localizados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e de outras unidades federativas, verifica-se que o cenário apurado demonstra, de forma inequívoca, a necessidade, a pertinência e a adequação da contratação ora pretendida.

Cumprе salientar que os preços unitários das contratações analisadas não foram considerados, uma vez que os objetos respectivos não correspondem exatamente aos impressos a serem contratados pela Fundação Leão XIII. Destaca-se que foram evidenciadas apenas informações relativas ao objeto - cujas características próximas, não idênticas, por se tratarem todos de impressos de segurança, ainda que não especificamente de formulários de isenção -, ao órgão e ao prazo de início da execução, uma vez que não foi localizada contratação exatamente correspondente ao objeto desta Fundação, dada sua natureza singular.

Ademais, constatou-se que, na maior parte dos órgãos, objetos dessa natureza não se relacionam à atividade finalística e permanente, o que diferencia as contratações identificadas da presente demanda, tanto quanto às características específicas do formulário pretendido quanto no que tange à vigência contratual. Assim, adotou-se como referência o prazo inicial de execução praticado pelo mercado, com vistas a assegurar a pertinência e a razoabilidade dos prazos definidos para as entregas parceladas dos formulários. Verificou-se, ainda, a inexistência de Atas de Registro de Preços vigentes aptas a atender à demanda, o que reforça a necessidade de contratação pela Fundação Leão XIII, sobretudo em razão de tratar-se de objeto singular e integralmente personalizável. Não obstante essa singularidade, foram identificadas empresas capacitadas a fornecer impressos gráficos de segurança, bem como registros de contratações pretéritas desta Fundação que demonstram a viabilidade técnica e operacional do objeto ora analisado.

As análises realizadas evidenciam que as contratações utilizadas como referência exigem especificações substancialmente alinhadas àquelas delineadas para a presente contratação, circunstância que, somada às experiências anteriores da Fundação Leão XIII, corrobora que a solução proposta é adequada, eficiente e compatível com as práticas administrativas vigentes.

Dessa forma, resta plenamente demonstrado que a contratação pretendida encontra respaldo nas contratações anteriormente efetivadas pela Fundação Leão XIII, conforme indicado no subitem 4.2.6.1, revelando que o objeto é tecnicamente exequível e atende às necessidades institucionais. Ressalte-se, por

fim, que, por se tratar de impresso gráfico totalmente personalizável e utilizado exclusivamente pela Fundação Leão XIII no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a contratação apresenta-se como medida indispensável para garantir a continuidade, a regularidade e a eficiência das atividades desempenhadas por esta Fundação.

## **5. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

Considerando as consultas realizadas, nas quais foram localizadas apenas contratações anteriores da própria Fundação Leão XIII, conforme subitem 4.2.6 e seus respectivos itens, estima-se, de forma preliminar, o valor de R\$ 708.392,34 (setecentos e oito mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos) para a contratação ora pretendida, tomando como referência o valor da contratação realizada em 2024 pela Fundação.

Cumprir destacar que o montante ora apresentado possui caráter meramente estimativo, servindo apenas como referência inicial, tendo sido fundamentado nas pesquisas mencionadas. O valor final a ser adotado como estimativa oficial da contratação será definido após a realização da competente pesquisa de preços, em conformidade com a legislação vigente.

Adicionalmente, considerando que os índices referentes aos meses de novembro e dezembro não estavam disponíveis, procedeu-se ao reajuste do valor com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), utilizando o último índice divulgado pela Calculadora do Cidadão, ferramenta do Banco Central do Brasil, correspondente ao mês de outubro, o que resultou no valor de R\$ 708.392,34.

## **6. INSTITUCIONAL E LEGAL**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Decreto nº 48.816, de 24 de novembro de 2023: regulamenta a Fase Preparatória das contratações, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Decreto nº 48.778, de 30 de outubro de 2023: regulamenta as licitações pelos critérios de julgamento por menor preço ou por maior desconto, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950: estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Lei Estadual nº 3.350, de 29 de dezembro de 1999: dispõe sobre as custas judiciais e emolumentos dos serviços notariais e de registros no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

## **7. AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A audiência pública constitui instrumento de participação popular, caracterizado como reunião aberta à coletividade, promovida por órgãos da Administração Pública ou por entidades competentes, com a finalidade de colher manifestações, críticas, sugestões e contribuições acerca de matérias de interesse público. Trata-se, portanto, de mecanismo que fortalece a transparência administrativa e a participação social, propiciando espaço de diálogo entre a comunidade e as autoridades.

No caso em apreço, registra-se que não foram realizadas, nem se encontram previstas, audiências públicas relativas ao objeto ora examinado, por se tratar de contratação comum, não envolvendo matéria de interesse coletivo que justifique a adoção desse procedimento.

## **8. CONSULTA AO MERCADO**

**8.1. Análise da possibilidade de licitação exclusiva e de cota reserva para micro e pequenas empresas**  
Sobre a aplicação do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, referenciamos a legislação interna, in casu, o conteúdo do artigo 8º do Decreto Estadual nº 42.063/2009:

“Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de pequenas empresas.”

Na forma da legislação supracitada, bem como de reiterado nos Pareceres da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, que culminou na publicação do Enunciado PGE nº 33, os requisitos elencados nos artigos 48 c/c 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e artigos 6º e 9º do Decreto Estadual nº 42.063/2009, devem ser observados, cumulativamente, na fase interna da licitação, senão vejamos:

"Enunciado nº 33 - PGE:

1. As contratações públicas estaduais de bens, serviços e obras destinadas exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, empresários individuais e cooperativas deverão obedecer aos artigos 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e pelo Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009.
2. Poderão participar das licitações exclusivas a que se refere o item 1 as microempresas, empresas de pequeno porte, empresários individuais e cooperativas, na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
3. Os seguintes pressupostos deverão ser observados, cumulativamente, na fase interna dessas licitações, consoante os arts. 48, inciso I c/c 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123, de 2006 e arts. 6º e 9º do Decreto Estadual nº 42.063, de 2009:
  - a) valor estimado de cada item de contratação não superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
  - b) constatação de haver, pelo menos, 3 (três) fornecedores, presumíveis competidores, beneficiários deste regime sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - c) verificação da vantajosidade para a Administração Pública Estadual, que deve ser aferida pelo valor estabelecido como referência da contratação, ou seja, pela pesquisa de preços;

- d) não representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- e) atingimento dos objetivos fixados pelo art. 1º, do Decreto nº 42.063, de 2009, sendo esta uma presunção relativa, que poderá ser refutada por justificativa formalmente apresentada pelo órgão responsável pela contratação."

Trazemos à baila, ainda, interpretação do Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 1932/2016, sobre licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte em serviços continuados, de acordo com a qual o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) é referente ao período contratual:

"A interpretação a ser dada ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar 12/2006, para os casos de serviços de natureza continuada, é no sentido de que o valor de R\$ 80.000,00 nele previsto se refere ao período de um ano, devendo, para contratos com períodos diversos, ser considerada sua proporcionalidade."

No presente procedimento, verificamos que não há o preenchimento dos requisitos objetivos cumulativos que norteiam a aplicabilidade dos dispositivos supracitados e, por consequência, não configura vantagem para esta Administração.

Pelo exposto, sugere-se a não reserva de cota e não direcionamento à exclusividade para Micro e Pequenas Empresas.

## **9. DESENHO DA SOLUÇÃO**

### **9.1. Descrição da solução**

Diante das alternativas apresentadas, esta Equipe de Planejamento da Contratação concluiu que a Solução 2 – Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos, mencionada no subitem 4.2.1, configura-se como a opção mais viável, eficiente e segura para a Fundação Leão XIII.

A Solução 1, que prevê a produção interna dos formulários, mostra-se inviável devido à inexistência de estrutura gráfica, equipamentos, insumos e mão de obra especializada na Fundação, além de implicar elevados custos de instalação, operação e manutenção, tornando-se economicamente desvantajosa.

A Solução 3, baseada em formulário eletrônico, embora traga benefícios de digitalização e redução do uso de papel, apresenta limitações práticas relevantes. Sua implementação exigiria desenvolvimento ou aprimoramento de sistemas, investimentos tecnológicos, capacitação de pessoal e adaptação de fluxos de trabalho. Além disso, considera-se que o público atendido pela Fundação é composto por pessoas juridicamente necessitadas, muitas em situação de vulnerabilidade social ou em situação de rua, sem acesso confiável à internet, o que inviabiliza o uso universal de soluções digitais. Mesmo que os formulários eletrônicos fossem preenchidos exclusivamente pelos servidores, as ações sociais ocorrem em localidades sem cobertura de internet, tornando imprescindível a manutenção de documentos físicos.

Por outro lado, a contratação de empresa especializada (Solução 2) permite:

- Garantir qualidade, padronização e segurança dos formulários;
- Assegurar regularidade e pontualidade nas entregas, sem depender de infraestrutura interna;
- Reduzir riscos operacionais e custos de produção, uma vez que a Fundação não precisará adquirir equipamentos ou contratar pessoal adicional;
- Atender integralmente às necessidades do público-alvo, garantindo o acesso universal aos benefícios documentais.

Dessa forma, a Solução 2 representa a alternativa mais adequada para a execução do objeto contratual e para o atendimento das demandas institucionais da Fundação Leão XIII.

**9.1.1. Objeto da contratação**

Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos de segurança destinados à isenção de taxas para emissão de documentação civil, a serem utilizados nas ações sociais promovidas pela Fundação Leão XIII.

**9.1.2. Quantitativo e tipologia do objeto**

**9.1.2.1. Quantitativo**

A solicitação de 500.000 unidades contempla: Consumo estimado para aproximadamente 3 anos; Margem de segurança para variações de demanda, perdas operacionais ou aumento inesperado.

A média anual foi calculada com base nas quatidades de formulários utilizados nos anos de 2024 e 2025 na Fundação Leão XIII. Apesar da redução de 14,9% em 2025, considera-se uma projeção conservadora para evitar desabastecimento e interrupção de uma atividade indispensável para Fundação Leão XIII.

**Memória de Cálculo – Solicitação de Formulários**

Ano	Quantidade de Formulários	Variação (%) em relação ao ano anterior
2024	167.451	—
2025	142.495	-14,90%
<b>Média Anual (2024–2025)</b>	<b>154.973</b>	—

**Projeção**

Item	Valor
Média anual de consumo	154.973
Período projetado (3 anos)	464.919
Margem de segurança (7,5%)	35.081
<b>Total solicitado</b>	<b>500.000</b>

**9.1.2.2. Tipologia**

Formato: A4 vertical (21,0 cm x 29,7 cm);

- Cores: 4/1 frente e verso;
- Papel autocopiativo CB, 8x1 cores,
- Qual gramatura do papel? 54 grama ;
- Acabamento: Corte reto e blocagem de 50 folhas;
- Impressão de linha assimétrica com microletras positivas e negativas, com falha técnica;
- Fundo invisível reagente à luz ultravioleta para o logotipo da Fundação Leão XIII;
- Logotipo do Estado do Rio de Janeiro;
- Impressão calcográfica cilíndrica (talho doce), reagente à luz ultravioleta, para tarja lateral na posição vertical do formulário, com guilhoché negativo e imagem latente;
- Aplicação de etiqueta holográfica raspável (selo de segurança), com impressão flexográfica de microletra positiva;

- Impressão oculta da palavra "original" sob a holografia raspável;
- Segunda via autocopiativa;
- Numeração tipográfica na cor preta, reagente à luz ultravioleta com fluorescência verde;
- Primeira via em azul carbonado;
- Segunda via em branco.

## 9.2. Identificação dos itens, quantidades e unidades

Item	Especificação	Unidade de fornecimento	ID SIGA	Quantidade
1	SERVICOS DE IMPRESSAO DIGITAL, SERIGRAFIA, LITOGRAFIA, PLANOGRAFICA E TRATAMENTO DE IMAGENS, DESCRICAO: Confecção de impressos, folhetos, envelopes, etiquetas, folders, cartões, timbres etc. Código do Item: 0119.001.0135	Unidade	54090	500.000

## 9.3. Informações complementares

Não se mostra necessária, no Edital, a exigência de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica mediante deslocamento de técnico ou disponibilização de unidade de atendimento situada a distância compatível com as necessidades da Administração, considerando que o objeto contratado não demanda tais providências.

## 9.4. Definição da Natureza do Objeto

Trata-se de serviço de natureza comum e contínua, uma vez que apresenta características padronizadas, não superiores às estritamente necessárias ao atendimento de suas finalidades, e será contratado para assegurar a continuidade das atividades finalísticas da Fundação Leão XIII, decorrentes de necessidades permanentes.

## 9.5. Processamento do Procedimento

Considerando tratar-se de serviço comum, uma vez que o objeto apresenta padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva no instrumento convocatório, mediante especificações usuais de mercado, o procedimento será conduzido na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 9.6. Instrumentalização do Procedimento - Adoção do Sistema de Registro de Preços

No caso em exame, constata-se que não se revela adequada a elaboração de Registro de Preços, uma vez que o serviço em questão possui características específicas que não se mostram vantajosas nem compatíveis com as demandas da maioria dos órgãos estaduais.

Com fundamento na Portaria FLXIII/PRES nº 308, de 27 de janeiro de 2016, na Lei Estadual nº 3.350, de 29 de dezembro de 1999, e na Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, verifica-se que são abrangidos, para fins de isenção de taxas, os serviços de habilitação e distribuição para casamento,



expedição de segunda via de certidões de casamento, nascimento e óbito, segunda via de identificação civil, buscas cartoriais, dentre outros.

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de contratação que contemple as especificidades inerentes ao objeto, assegurando o atendimento adequado às finalidades institucionais da Fundação Leão XIII.

Ressalta-se, ainda, que não foram identificadas Intenções de Registro de Preços (IRPs) e Atas vigentes que atendam às necessidades específicas do órgão.

## **9.7. Critério de Julgamento**

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, em razão da natureza indivisível do objeto.

## **9.8. Regime de Contratação**

O regime de contratação mais adequado é o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço por preço certo de unidades determinadas.

## **9.9. Forma de execução**

### **9.9.1. Início e término da prestação do serviço**

O serviço terá início a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Fundação Leão XIII, a qual deverá ser expedida no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

O período anterior à expedição da Ordem de Serviço destina-se à adoção das providências necessárias para o regular início da execução contratual.

O término da prestação de serviços ocorrerá após a entrega da última remessa prevista no contrato.

Ressalta-se que o contrato poderá ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo, sendo que, em caso de prorrogação, os prazos acima mencionados deverão ser integralmente observados.

### **9.9.2. Local de entrega**

O objeto contratual deverá ser entregue na sede da Fundação Leão XIII, situada à Rua Senador Dantas, nº 76, 16º andar (Presidência), Centro, Rio de Janeiro/RJ, no horário compreendido entre 10h e 16h, em dias úteis.

### **9.9.3. Cronograma de entrega**

A entrega do objeto deverá ocorrer em 04 (quatro) etapas, mediante solicitação formal da Fundação Leão XIII, a partir do envio da Ordem de Serviço.

Ressalte-se que a entrega do objeto será parcelada, fundamentando-se em dois fatores: a limitação de espaço no almoxarifado da Fundação Leão XIII e a ausência de local seguro para comportar a totalidade do material em única remessa. O parcelamento possibilitará a entrega escalonada dos formulários, adequando-se à capacidade de armazenamento disponível e assegurando a conservação dos materiais em condições seguras.

Essa estratégia objetiva evitar a superlotação do almoxarifado, minimizar o risco de danos, perdas ou extravios e garantir a integridade dos formulários até sua utilização final.

<b>Entrega</b>	<b>Prazo de entrega</b>	<b>Quantidade de formulários</b>
<b>1ª</b>	30 dias	150.000
<b>2ª</b>	90 dias	100.000
<b>3ª</b>	180 dias	150.000
<b>4ª</b>	210 dias	100.000

## **9.10. Habilitação**

### **9.10.1. Qualificação Técnica**

**9.10.1.1.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão pertinente e compatível, em características, qualidades, quantidades e prazos, com o objeto da contratação pretendida, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/21.

**b)** A aptidão técnico-operacional deverá ser demonstrada pela execução pretérita de percentual sugerido de (30% por cento do quantitativo total de formulários, correspondente à parcela de maior relevância do contrato.

**c)** Os atestados mencionados neste subitem deverão demonstrar a capacidade de execução de serviços da mesma natureza, pertinentes e compatíveis, em características, qualidades, quantidades e prazos, com o objeto, compreendendo a disponibilização e gestão de veículos locados.

**d)** Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo admitido o seu somatório, ficando dispensada a obrigatoriedade de comprovação de execução concomitante ou em período aproximado ao do objeto.

**e)** Os atestados apresentados pelo proponente deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente, e deverão indicar nome, função, endereço, telefone ou e-mail de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que possibilite eventual contato pela Fundação Leão XIII.

**f)** Os atestados deverão apresentar, de forma clara e objetiva, informações sobre quantidades, prazos e características dos serviços prestados.

**9.10.1.2.** Justifica-se a exigência dos documentos relativos à qualificação técnica por assegurar que a licitante vencedora detenha capacidade técnica suficiente para executar o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, haja vista que, pelas especificidades do objeto, este deverá ser executado somente por empresa detentora da técnica necessária.

## **9.10.2. Qualificação Econômico-Financeira**

**9.10.2.1.** Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física — quando admitida sua participação na licitação — ou de sociedade simples.

**b)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme o art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

**b.1)** Caso o licitante não seja sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão ser acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falência, recuperação judicial ou execução patrimonial.

**c)** Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), sendo:

Liquidez Geral (LG) =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
Solvência Geral (SG) =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
Liquidez Corrente (LC) =	Ativo Circulante

**c.1)** Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido, conforme os itens “c” e “d”.

**c.2)** Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**c.2.1)** O percentual de 10% do valor estimado da contratação foi estabelecido considerando que o objeto consiste no fornecimento contínuo e parcelado de formulários gráficos de segurança, cuja execução não demanda imobilização de capital elevado nem envolve risco econômico-financeiro significativo.

O percentual proposto mostra-se adequado e proporcional, garantindo a capacidade econômico-financeira da contratada sem comprometer a competitividade do certame.

**c.3)** Patrimônio líquido correspondente a 3% (três por cento) do valor estimado da contratação.

**c.3.1)** Considerando que o objeto consiste no fornecimento de impressos gráficos, de baixa complexidade operacional e sem necessidade de investimentos significativos pela contratada, exige-se o patrimônio líquido referido por esta Administração julgar suficiente para demonstrar a saúde econômico-financeira da futura contratada.

**d)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**e)** Os documentos indicados no item “c” restringir-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, devendo ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para a transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

**f)** A empresa deverá apresentar, ainda, declaração contendo a relação dos compromissos por ela assumidos que importem diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas de contratos firmados.

**g)** Os índices econômicos calculados pelo licitante, para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável pela contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

**h)** Não será causa de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, desde que comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o respectivo plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**9.10.2.2.** Justifica-se a exigência dos documentos relativos à qualificação econômico-financeira por assegurar que a licitante vencedora detenha capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações contratuais. Tal necessidade revela-se ainda mais relevante por se tratar de serviço contínuo, com possibilidade de prorrogação por períodos subsequentes, circunstância que demanda estabilidade financeira da contratada.

### **9.10.3. Declarações**

**9.10.3.1.** Deverão ser apresentadas pelo licitante vencedor, no mínimo, as seguintes declarações:

**a)** Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

**b)** Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, em observância ao disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**c)** Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**d)** Declaração que cumpre as exigências de elaboração independente de proposta previstas no Decreto nº 43.150, de 24 de agosto de 2011.

## **10. DOS FORNECIMENTOS ACESSÓRIOS**

**10.1.** São fornecimentos acessórios à Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos de segurança destinados à isenção de taxas para emissão de documentação civil:

**10.1.1.** Embalagem: embalagem adequada para transportar os formulários, mantendo-os em plenas condições.

**10.1.2.** Transporte: transporte dos formulários gráficos até o local estabelecido pela Fundação Leão XIII, é de inteira responsabilidade da contratada, sem custos para contratante.

## **11. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS**

### **11.1. Duração do Contrato**

O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

O prazo contratual poderá ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que seja atestado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

A possibilidade de prorrogação contratual decorre da natureza contínua do serviço a ser prestado, cuja essencialidade justifica sua manutenção, uma vez que o fornecimento de formulários gráficos é indispensável ao atendimento das demandas finalísticas da Fundação Leão XIII, especialmente no tocante à execução de ações sociais e à isenção de taxas para emissão de documentação civil. Dessa forma, trata-se de necessidade pública permanente e contínua, cuja interrupção comprometeria a regularidade dos serviços prestados à população.

### **11.2. Reajustamento de Preços**

Observa-se que o inciso LVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, bem como, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o Enunciado nº 14 da PGE, estabelecem a previsão e o procedimento para adoção do reajuste, incluindo a definição do índice compatível com o objeto contratual, observando-se o interregno mínimo de 1 (um) ano, quando necessário.

Considerando as características da presente contratação, o reajustamento dos valores ocorrerá em sentido estrito, nos termos do art. 6º, inciso LVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante aplicação do índice oficial de variação de preços compatível com a categoria do objeto, qual seja, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A adoção do IPCA como índice de reajuste justifica-se por se tratar do indicador oficial da inflação no Brasil, destinado a mensurar a variação de preços de um conjunto representativo de bens e serviços comercializados no varejo.

Verifica-se, ainda, que o instrumento adequado para a formalização do reajuste será a apostila contratual, sendo dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja modificação do objeto ou das demais cláusulas contratuais.

Ademais, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nos moldes pactuados, e respeitada a repartição objetiva de riscos estabelecida no instrumento contratual, poderá ser realizada revisão de preços, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

### **11.3. Garantia**

A garantia contratual constitui instrumento que confere à Administração Pública meios para resguardar-se contra eventuais inadimplementos da contratada, mitigando possíveis impactos financeiros decorrentes da inexecução contratual.

Tal previsão encontra respaldo no artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, que faculta à Administração a exigência de garantia contratual, conforme juízo de conveniência e oportunidade do gestor público, desde

que expressamente prevista no instrumento convocatório.

Por se tratar de faculdade administrativa, compete ao gestor avaliar a pertinência da exigência, considerando os potenciais benefícios e ônus que tal medida pode implicar, uma vez que, embora assegure a execução adequada do contrato, sua imposição pode onerar o valor ofertado pelo licitante.

Nesse contexto, destacam-se dois aspectos fundamentais:

- i) a complexidade e o vulto do contrato, especialmente quanto ao risco de inadimplemento e à relevância dos prejuízos decorrentes de eventual má execução, que justificam a exigência da garantia; e
- ii) a onerosidade da medida, uma vez que o valor correspondente tende a ser incorporado ao preço ofertado, podendo resultar em maior dispêndio à Administração.

Ademais, a exigência da garantia assegura a execução regular do contrato e protege o erário, evitando prejuízos financeiros e garantindo o cumprimento das obrigações pactuadas. Nesse sentido, a exigência de garantia revela-se pertinente para assegurar eficiência, estabilidade e proteção aos interesses públicos na execução contratual, devendo corresponder a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, não sendo cabível sua majoração para até 10% (dez por cento), haja vista que não foram identificadas complexidade técnica ou riscos relevantes ao objeto, nos termos do artigo 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS E TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

O conhecimento, a tecnologia e as técnicas empregadas na execução do serviço não estarão sujeitos à transferência compulsória, tendo em vista que, embora se trate de serviço de natureza contínua, o objeto apresenta baixa complexidade, não demandando a adoção de medidas formais de transição contratual ou de compartilhamento técnico ao término da vigência.

## **13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

### **13.1. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratação em análise poderá gerar impactos ambientais decorrentes, principalmente, do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos sólidos provenientes do objeto contratado. Entre os potenciais impactos, destacam-se:

- Consumo de papel e insumos gráficos, podendo resultar em aumento da demanda por matéria-prima de origem florestal, direta ou indiretamente, bem como em maior geração de resíduos provenientes de sobras de impressão e embalagens;
- Geração de resíduos não recicláveis, caso sejam utilizados materiais ou insumos que não possuam adequada destinação ambiental ou que dificultem o reaproveitamento;
- Emissão de poluentes, relacionada aos processos produtivos da indústria gráfica, incluindo consumo energético, uso de tintas e produtos químicos, bem como transporte dos materiais até as unidades da Fundação Leão XIII;
- Descarte inadequado dos materiais, ao final de seu ciclo de vida, caso não sejam observadas práticas de gestão ambiental compatíveis com a legislação vigente.

Considerando tais aspectos, recomenda-se que o instrumento convocatório observe critérios de sustentabilidade, priorizando fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis, tais como utilização de papel certificado, tintas de menor impacto ambiental, processos produtivos eficientes e mecanismos de logística reversa, quando aplicáveis.

### **13.2. Medidas Mitigadoras**

Com o objetivo de reduzir ou neutralizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, poderão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras, observadas as recomendações legais e regulamentares aplicáveis:

- Utilização de papel certificado, preferencialmente proveniente de fontes renováveis ou com certificação FSC, PEFC ou equivalente, garantindo o manejo florestal sustentável e a rastreabilidade

da matéria-prima;

- Emprego de tintas com menor impacto ambiental, tais como tintas à base de água ou de soja, em substituição às tintas convencionais que contenham solventes nocivos ao meio ambiente;
- Prioridade a fornecedores que adotem práticas de gestão ambiental, garantindo processos produtivos mais eficientes, com menor consumo energético e redução de resíduos;
- Adoção de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, bem como o uso de materiais que facilitem o transporte e o armazenamento, reduzindo a geração de resíduos;
- Implementação de procedimentos de logística reversa, quando aplicável, para assegurar a destinação ambientalmente adequada de resíduos remanescentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Observância do princípio do desenvolvimento sustentável, incorporando critérios ambientais tanto na fase de seleção do fornecedor quanto na execução contratual.

A adoção dessas medidas contribui para minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente, promover a sustentabilidade nas contratações públicas e atender às diretrizes de responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021, é admitida a subcontratação de terceiros para a execução de partes da obra, serviço ou fornecimento, desde que observados os limites e condições previamente autorizados pela Administração Pública em cada caso concreto.

Todavia, a subcontratação integral do objeto é expressamente vedada, sendo igualmente proibida a atuação do contratado como mero intermediário ou gestor do contrato, sob pena de desvirtuamento da finalidade contratual. Ressalte-se que o contratado principal permanece integralmente responsável, do ponto de vista legal e contratual, pela execução da parcela eventualmente subcontratada, conforme estabelece a legislação pertinente.

No âmbito do planejamento da presente contratação, foi realizada análise técnica acerca da viabilidade de subcontratação parcial do objeto, tendo-se concluído que a medida não se mostra vantajosa à Administração, em virtude da tendência de elevação de custos decorrente da intermediação, bem como da dificuldade de controle quanto à padronização, qualidade e especificações técnicas dos materiais gráficos a serem fornecidos. Considerou-se, ainda, que a produção gráfica exige estrutura própria, equipamentos específicos e capacidade operacional diretamente comprovável pelo licitante, razão pela qual a subcontratação pode comprometer a rastreabilidade e a regularidade do fornecimento.

Sobre o tema, observa-se o entendimento doutrinário de Marçal Justen Filho, segundo o qual:

“A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer ao interesse público.”

À luz do referido entendimento, verifica-se que, no caso concreto, a vedação à subcontratação mostra-se compatível com o interesse público, uma vez que não se trata de prática usual no mercado fornecedor de materiais gráficos, cujo padrão de qualidade depende, em regra, da execução direta pelo fabricante. Assim,

além de não representar ganho de economicidade, a subcontratação poderia comprometer a eficiência, a qualidade final do material produzido e o controle da execução contratual.

Cumpre destacar, ainda, que a subcontratação não deve afrontar os princípios constitucionais e legais que regem o processo licitatório, tampouco violar o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, com o afastamento da subcontratação, não se observa qualquer prejuízo à competitividade do certame, nem afronta aos princípios da isonomia, economicidade e eficiência.

Ante o exposto, esta Administração opta pela vedação expressa da subcontratação, por razões de conveniência técnica, econômica e de controle contratual, em estrita observância ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

## **15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, desde que observadas as disposições constantes do art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cuja transcrição segue abaixo:

"Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato."

## **16. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA**

Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar do procedimento licitatório, desde que atendam às condições previstas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

"Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação."

## **17. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

Considerando que, nos termos da Lei Estadual nº 7.753, de 17 de outubro de 2017, o valor estimado do objeto ultrapassa R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), fica estabelecida a obrigatoriedade de implantação de Programa de Integridade por parte do licitante vencedor, devendo este informar sua existência e conformidade na forma prevista no art. 4º da mencionada lei.

## **18. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE - DEMAIS CONSIDERAÇÕES**

### **18.1. Contratações interdependentes**

Considerando que a Fundação Leão XIII mantém vigente o Contrato nº 008/2022, celebrado com a empresa Trivale Instituição de Pagamento Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.604.122/0001-97, cujo objeto consiste na prestação de serviços de gestão de abastecimento e fornecimento de combustíveis destinados à frota veicular da Fundação; bem como mantém vigente o Contrato nº 10/2023, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte, por meio da locação de veículos, com motorista, sem combustível, celebrado com a empresa BG Crespo Produções Logísticas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.933.113/0001-73; e considerando, ainda, que a contratação atualmente em curso, somada aos contratos referidos anteriormente, mostra-se suficiente para assegurar a manutenção regular das atividades finalísticas da Fundação Leão XIII, não se vislumbra a necessidade de celebração de novas contratações correlatas ou interdependentes.

### **18.2. Possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas já existentes**

Não há possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias ou matérias-primas já existentes na Fundação Leão XIII para a produção dos formulários gráficos, uma vez que a execução do objeto requer conhecimentos técnicos especializados, equipamentos gráficos específicos e insumos próprios para impressão, os quais não estão disponíveis no órgão.

### **18.3. Capacitação de Pessoal**

A execução integral do objeto contratual será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, que deverá possuir experiência compatível com o objeto previsto no instrumento contratual a ser celebrado.

Considerando que a comprovação da experiência da contratada constitui requisito essencial e condicionante para a formalização do contrato, não se vislumbra a necessidade de realização de ações adicionais de capacitação técnica específica voltadas à execução do objeto da contratação, uma vez que tal competência já deverá estar devidamente comprovada na fase de habilitação.

Outrossim, registra-se que a Fundação Leão XIII dispõe de servidores públicos com competência técnica comprovada e experiência consolidada na gestão e fiscalização de contratos administrativos, razão pela qual não se evidencia a necessidade de capacitação suplementar desses agentes públicos para o adequado exercício de suas atribuições no acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

### **18.4. Servidores que Participarão da Fiscalização do Contrato a ser Celebrado**

Em razão do perfil funcional dos servidores, observado o que dispõe o Decreto nº 48.817/2023, sugere-se a designação dos seguintes servidores para atuarem como gestor(a) e fiscais do presente contrato:

Márcia Ferreira Cerqueira Santos, ID. funcional nº 569193-1 - Gestor(a) titular

Maria Fernanda Brown da Silva, ID. funcional nº 5141974-2 - Gestor(a) suplente

Thiago de Oliveira Vieira Dos Santos, ID. funcional nº 5088530-8 - Fiscal

Yara Augusto Pinto, ID. funcional nº 5124022-0 - Fiscal

Andreia de Lima Tomaz, ID. funcional nº 5128542-8 - Fiscal suplente

## **19. DA OBRIGAÇÃO DE INCLUSÃO DE RELATÓRIO FINAL NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**



A Fundação Leão XIII deverá divulgar o Relatório Final da contratação no PNCP (art. 174, §3º, inciso VI, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021), em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso III do parágrafo único, do Decreto nº 48.816/2023, o qual deverá conter informações acerca da consecução dos objetivos que motivaram a contratação, bem como das medidas e condutas recomendadas para o aprimoramento das atividades da Administração Pública, considerando tratar-se de contratação de execução continuada.

## **20. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO**

Com fundamento na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), certifica-se que as informações constantes no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) não se enquadram nas hipóteses de classificação previstas no art. 23 da referida norma legal.

Dessa forma, não incidem prazos de sigilo sobre o conteúdo do ETP, o qual deverá permanecer acessível a qualquer interessado, tendo em vista sua natureza pública e a ausência de informações classificadas como sigilosas ou restritas.

No que concerne à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), cumpre esclarecer que, quando da apresentação da documentação pela empresa contratada, serão coletados e utilizados apenas os dados pessoais estritamente necessários dos seus representantes legais, com a finalidade exclusiva de formalização contratual, mediante o consentimento expresso do titular, nos termos do art. 7º, inciso V, da referida Lei. Ressalta-se que tais dados não serão objeto de tratamento durante a execução contratual.

Ressalta-se, ainda, que não haverá tratamento de dados pessoais sensíveis no âmbito da contratação, tampouco de dados de crianças ou adolescentes, considerando que tais informações são fornecidas diretamente à Fundação Leão XIII, quando os formulários já se encontram sob sua posse, não sendo repassadas à contratada. Esses dados serão utilizados exclusivamente para fins de isenção e emissão dos documentos necessários.

## **21. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar levantou e analisou os elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência, evidenciando a viabilidade da contratação pretendida, condicionada à implementação das providências especificadas ao longo deste documento. Ressalta-se que os riscos identificados mostram-se plenamente administráveis e que os custos estimados apresentam-se compatíveis, em observância ao princípio da economicidade que norteia a Administração Pública.

Com base nas informações constantes nos autos, declara-se a viabilidade técnica e gerencial da contratação, nos termos do inciso VII do artigo 7º do Decreto nº 48.816/2023, devidamente fundamentada no presente Estudo Técnico Preliminar.

Sob o aspecto técnico, a contratação proposta revela-se indispensável à consecução das atividades institucionais da Fundação Leão XIII, uma vez que a elaboração e o fornecimento de formulários gráficos padronizados são essenciais para o desenvolvimento das ações administrativas, atendimento ao público e realização de atividades operacionais em todo o território do Estado do Rio de Janeiro. A medida assegura o cumprimento das normas legais e regulamentares que exigem controle documental, rastreabilidade, identificação de processos e padronização de comunicação institucional.

Verificou-se, ainda, a viabilidade técnica e econômica da proposta apresentada, a qual garante qualidade gráfica, padronização visual, precisão nas especificações técnicas e regularidade no fornecimento dos materiais. Destaca-se, nesse contexto, a mitigação de riscos operacionais relacionados à descontinuidade no fornecimento, à falta de padronização de documentos e à necessidade de controle adequado dos materiais institucionais, em consonância com os princípios da eficiência, eficácia e continuidade do serviço público.

Do ponto de vista econômico, constata-se que a contratação especializada representa solução mais vantajosa, evitando custos adicionais e imprevisíveis associados à produção interna, tais como aquisição de equipamentos gráficos, insumos, manutenção, mão de obra específica e depreciação de equipamentos. Tal medida reforça a observância aos princípios da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos.

Diante da análise empreendida, da inexistência de estrutura própria capaz de atender integralmente à demanda identificada e da conformidade da proposta com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade, conclui-se pela viabilidade e conveniência da Contratação de empresa especializada na impressão e confecção de formulários gráficos destinados à isenção de taxas para emissão de documentação civil, por se encontrar em estrita harmonia com a legislação vigente e com o interesse público.

Assim, recomenda-se a continuidade dos trâmites administrativos necessários à formalização da contratação, de modo a assegurar a regularidade, a transparência e a eficiência do processo, em fiel observância aos princípios que regem a Administração Pública.

Rio de Janeiro, 28 abril de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Brown da Silva, Superintendente de Assistência Especializada**, em 04/05/2026, às 22:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Ferreira Cerqueira Santos, Superintendente**, em 06/05/2026, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **130593989** e o código CRC **22383351**.

Referência: Processo nº SEI-310003/000147/2026

SEI nº 130593989

Rua Senador Dantas, 76 - 16º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205  
Telefone: